DIÁRIO DO GRANDE ABC
Publicado em 04/01/2023 - 07:48

Vereadores de São Bernardo só tiveram 48 sessões em 2022

Vereadores de São Bernardo só tiveram 48 sessões em 2022

Legislativo que aprovou 13º salário e férias, foi o terceiro do Grande ABC que menos trabalhou em plenário no último ano

A Câmara de São Bernardo, que aprovou projeto de lei que garante pagamento de 13º salário e um terço de férias aos vereadores a partir da próxima legislatura, em janeiro de 2025, sancionado pelo prefeito Orlando Morando (PSDB) foi a terceira que menos teve sessões em 2022.

De acordo com apuração do **Diário**, o Legislativo são-bernardense realizou 48 sessões ordinárias e nenhuma extraordinária no último ano. No Grande ABC, apenas Ribeirão Pires, com 33 sessões, e Mauá, com 43, realizaram menos encontros. Entre os demais municípios, somando as ordinárias e extraordinárias, Rio Grande da Serra contou com 49 sessões, Diadema com 56, São Caetano com 60 e Santo André com 82.

Para o advogado Alberto Rollo, especialista em direito eleitoral e administração pública, o baixo número de sessões faz com que a implementação do 13º salário e um terço de férias aos parlamentares não seja conveniente. "Há municípios que só tem uma sessão por semana, às vezes uma a cada 15 dias. Nesse caso, acho exagero falar em 13º e férias, porque eles (vereadores) têm que viver de outra fonte também, não só da Câmara", afirmou.

Celso Luiz 14/12/22

MENOS PRODUÇÃO. Vereadores, que só participaram de 48 sessões no ano, agora terão 13º

Com impacto anual de R$ 561 mil, o projeto foi proposto pela Comissão de Finanças e Orçamento, composta pelos vereadores Maurício Cardozo (PSDB), presidente da comissão; Glauco Braido (PSD), vice-presidente; e Jorge Araújo (PSD), secretário da comissão, e teve tramitação no dia 14 de dezembro, última sessão de 2022.

Os vereadores não são assalariados com carteira assinada e há uma regra própria da Câmara para a definição dos seus salários. No entanto, a proposta elaborada pelos parlamentares adota as regras da CLT (Consolidação das Leis de Trabalho). O projeto foi aprovado sem discussão, com o então presidente da Câmara Estevão Camolesi (PSDB) anunciando a entrada da proposta como "acordo de lideranças". Após não haver divergências, o tucano considerou a matéria aprovada. Camolesi enviou o texto para a sanção do prefeito Orlando Morando (PSDB) logo depois da sessão.

O que chamou a atenção foi que a aprovação da proposta aconteceu no mesmo dia em que a Câmara aprovou o projeto polêmico elaborado pelo Executivo que previa a venda dos terrenos públicos onde estavam as secretarias de Educação, no bairro Nova Petrópolis, e de Serviços Urbanos, no bairro Rudge Ramos, ambos em áreas nobres da cidade. Inicialmente, a proposta de Orlando Morando dividiu a sua base no Legislativo, que foi contra a aprovação das vendas. De última hora, no entanto, os projetos foram aprovados pela Câmara em regime de urgência, também na última sessão do ano, em que foi votado o 13º salário para os parlamentares.

Fonte do **Diário** contou que parte dos vereadores que assinaram o "acordo de lideranças" anunciado por Camolesi foi a mesma que aprovou os projetos das vendas dos terrenos. Na votação para a venda dos terrenos, apenas Ana do Carmo (PT), Ana Nice (PT), Getúlio do Amarelinho (PT), Glauco Braido (PSD) e Julinho Fuzari (PSC) foram contra. No projeto do 13º, no entanto, não houve verificação de voto. **Da Redação**

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política **Pagina:** 3

Copyright © Clipclap 2025.